

A nova proposta do Brasil aos credores

"Vaga e sem clareza", segundo os banqueiros, ela voltará a ser discutida na próxima sexta-feira.

AJUDA DO FMI

As vésperas da 42ª assembleia anual conjunta do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (Bird), o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, afirmou ontem que existe a intenção de lançar novas iniciativas para aliviar a crítica situação dos países em desenvolvimento.

Os planos do FMI, Bird e países industrializados, a serem apresentados na assembleia conjunta de quarta-feira próxima, serão uma resposta às críticas das nações em desenvolvimento ao grave impacto que sofrem com suas dívidas externas e com a pouca expansão do comércio mundial, noticiou a agência Efe.

Camdessus propõe a transferência de US\$ 6 bilhões como forma de contribuir para a reconstrução dos países mais pobres do mundo como os do Sul da Saara e a Bolívia, Haiti e República Dominicana. Pede ainda que os países membros do FMI tripliquem suas contribuições destinadas a "ajustes estruturais" de países pobres, para que estes recebam os desembolsos a juros de apenas 0,5% ao ano. Os recursos viriam principalmente do Japão, Alemanha Ocidental e outros países com superávit comercial.

Na assembleia conjunta do FMI-Bird, o secretário do Tesouro Norte-americano, James Baker, talvez apresente uma fórmula de "modernização" de seu plano de ajuda apresentado na reunião de 1985 em Seul — e que esbarrou na intransigência dos grandes bancos comerciais. Uma alta fonte do governo dos EUA adiantou que em seu discurso Baker abordará o "elenco de opções e a forma como os bancos podem atender às necessidades dos devedores". O "elenco" abrange fórmulas novas de solução para a dívida, como sua conversão em investimentos, bônus ou pagamento com mercadorias.

Enquanto isso, o FMI e Banco Mundial já mantêm reuniões preparatórias. E o mesmo acontece com os grupos de devedores e credores: o Grupo dos 24, que congrega os países em vias de desenvolvimento; o Grupo dos 5 (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Inglaterra e França) e o Grupo dos 7 (os cinco mais a Itália e o Canadá).

EXPORTAÇÕES

A análise da implantação das Zonas Especiais de Processamento de Exportações (ZPEs) será feita por uma comissão criada na reunião de ontem da diretoria da Confederação Nacional da Indústria, presidida pelo senador Albano Franco. Em um prazo de trinta dias, o estudo será encaminhado pelo presidente da CNI ao presidente Sarney e ao ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, este já comprometido em avaliar o documento antes de qualquer decisão do governo sobre as ZPEs.

A comissão é formada pelos presidentes da Federação do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra; do Rio de Janeiro, Arthur João Donato; de Minas Gerais, Nansen de Araújo; do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Mandelli; do Amazonas, João de Mendonça Furtado; da Bahia, Orlando Barreto Moscoso; de Pernambuco, Gustavo Queiroz; mais o empresário paulista Paulo Francinini, e o chefe do Departamento de Comércio Exterior da CNI, Augusto Podesta Baldoni.

O senador Franco pretende definir a posição da entidade sobre o novo plano de governo em consultas aos grandes grupos industriais. A CNI já defende a Zona Franca de Manaus, um projeto vitorioso, mas quer que suas regras sejam permanentes, pois as constantes mudanças na legislação e a atuação das empresas já instaladas estão inibindo novos investimentos.

Ao final de sete horas de uma reunião tensa, ontem, em Washington, marcada por difíceis discussões, o Brasil e o Comitê de seus bancos credores concordaram em reunir-se outra vez, no dia 2 de outubro.

O plano para a renegociação da dívida apresentado pelo Brasil foi considerado vago em muitos aspectos, e sem clareza, em outros. E isto provocou o prolongamento da reunião, inicialmente prevista para apenas duas horas.

Os negociadores brasileiros retiraram-se do prédio da Associação de Bancos para o Comércio Exterior evitando a imprensa. Foi William Rhodes, o presidente do Comitê de 14 bancos, quem apresentou um comunicado aos repórteres de plantão o dia inteiro.

"Os representantes brasileiros relataram os recentes desenvolvimentos econômicos e apresentaram uma proposta ampla e geral para um novo plano de financiamento", disse Rhodes, acrescentando: "Os representantes do governo e o Comitê concordaram em que as discussões sobre um pacote de financiamento externo vão reiniciar-se dia 2 de outubro, sexta-feira, com a presença do Comitê completo. Enquanto isso, os membros do Comitê vão obter os esclarecimentos de aspectos da proposta em reuniões de grupos de trabalho com os representantes do Brasil."

Os esclarecimentos seriam necessários, segundo duas fontes presentes às negociações disseram ontem, porque "o plano é muito vago, deixando várias importantes questões sem respostas".

Tensão e impasse

Na sétima hora da primeira reunião entre o Brasil e o comitê de seus bancos credores, muitas divergências dividiam os negociadores, num ambiente de grande tensão.

"O plano apresentado pelo Brasil não respondia a questões importantes, foi considerado incompleto" — dizia uma fonte da reunião, sem querer entrar em detalhes.

O impasse inicial que prolongou a reunião, que deveria durar apenas "umas duas horas", segundo a previsão de credores e devedores, era também confirmado por outra fonte, que se retirou mais cedo. Ela declarava, enquanto fugia da imprensa, que o plano de renegociação da dívida, apresentado pelo Brasil, não respondia a questões importantes, foi considerado incompleto. Ela declarava, enquanto fugia da imprensa, que o plano de renegociação da dívida, apresentado pelo Brasil, não respondia a questões importantes, foi considerado incompleto.

Já há mais compreensão, diz Bresser a Sarney.

Em telefonema ontem ao presidente Sarney, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que está nos Estados Unidos, afirmou que os credores do Brasil, as autoridades dos governos dos países desenvolvidos e os dirigentes dos organismos internacionais estão demonstrando maior compreensão quanto às propostas brasileiras de negociação da dívida.



Bresser nos EUA: mais compreensão.

do repórter, que "está havendo muita discussão", que ainda não se passara do estágio de apresentação do plano que era até então considerado "flexível" e "adaptável a sugestões" pelos otimistas negociadores brasileiros. Só que este plano não havia sido revelado oficialmente à imprensa nem uma única vez, ao contrário dos anteriores. E vários diferentes planos transpiravam para diversos repórteres. O que se contava dele, entre pessoas diretamente envolvidas em sua apresentação, é que era, de fato, uma versão do plano original, rejeitado como **non-starter**, ou sem futuro, pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, no começo deste mês.

Mas o plano de renegociação da dívida que começou a ser discutido ontem, o primeiro que o ministro Bresser Pereira apresenta ao Comitê dos Bancos Credores, tinha um importante e declarado defensor: Henry Kissinger, o ex-secretário de Estado norte-americano.

Indo para seu Mercedes prateado, parado diante do Council on Foreign Relations, na rua 68, esquina da avenida Park, em Nova York, Kissinger foi cercado por alguns repórteres. Os seus dois agen-

tes de segurança, mantendo as portas do carro abertas, ficaram esperando, atentos. Mas ele sorriu, e aceitou as perguntas.

Ouvir falar do plano? Kissinger disse que sim. Na verdade, naquela hora, por volta de 9h30 da manhã, era um dos poucos estrangeiros a conhecê-lo. Teria se encontrado com o ministro Bresser Pereira a sós, depois do café da manhã compartilhado com dezenas de banqueiros e empresários. A audiência, numa palestra, o plano foi apenas esboçado, e seus princípios gerais, conhecidos, mais uma vez explicados.

"Leiam amanhã (hoje) nos jornais" — teria dito o ministro Bresser Pereira a seus ouvintes, segundo um deles, ao sair.

O banqueiro David Rockefeller, já antes de conhecer o rascunho, e entrando para o café da manhã no Council on Foreign Relations, mostrava-se animado com o Brasil.

"Os brasileiros sempre conseguem resolver seus problemas na última hora", disse Kissinger, que ficou 45 minutos com o ministro Bresser Pereira, revelou-se "bem impressionado".

Mas como não queria falar de seu

Nos encontros mantidos após sua chegada aos Estados Unidos, o ministro Bresser Pereira tem destacado que os países desenvolvidos têm de dar uma contribuição efetiva aos em desenvolvimento, o que, no seu entender, não custará sacrifícios mas, ao contrário, implicará a sustentação de todo um novo processo de crescimento econômico, apoiado em novas exportações.

conteúdo, perguntou-se a ele:

— Como os banqueiros deverão reagir ao plano?

Kissinger ficou pensando, e deu outra resposta:

— Não serão negociações curtas...

Para Kissinger, "o Brasil é um país rico" que "não vai deixar de cumprir suas obrigações". O que mais o teria impressionado, como também disse, foi a preocupação de que seja obtido "um acordo duradouro" que evite as frequentes renegociações.

"O que eles (os negociadores brasileiros que já chegavam à rua) têm a fazer é muito importante" — foi concluindo Kissinger, caminhando para o carro. "Vão ter que tratar agora dos aspectos técnicos."

Os brasileiros — o ministro Bresser Pereira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o negociador Fernão Bracher — ficaram na calçada se despedindo, e quando iam separar-se em dois carros, Bresser lembrou-se de algo e os convocou para uma minireunião, mas sem a imprensa. Foram para um lado e para outro, até que Francisco Baker, o assessor de imprensa, os levou para dentro do Council on Foreign Relations, onde a imprensa era repelida com estupidez.

Reapareceram dez minutos depois, e o ministro Bresser Pereira ficou na calçada recontando os princípios de seu plano — não ao FMI, não ao **spread**, não a um acordo provisório, não a um pagamento simbólico que rompa a moratória antes da conclusão de um acordo a um canal de nível norte-americano. Quando acabou, onde estava o seu carro?

Não estava: por engano, seus assessores o levaram, e ele ficou a pé, procurando um táxi. Ia para uma visita ao jornal **Wall Street Journal**, e depois para um almoço não revelado, mas que não seria com nenhum banqueiro. Sua própria agenda registrava, para este encontro, um "reservado".

Um táxi parou logo — um daqueles velhos e sujos, e o ministro Bresser Pereira o tomou, interrompendo o comentário — "A história é ótima, muito boa..." — sobre a peça que viu na Broadway, anteontem à noite, "Os Miseráveis".

Moisés Rabinovici, de Washington.

Ao final da noite, interposto sobre as informações de que o ministro da Fazenda está encontrando severas resistências nas negociações, o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, encorajou o assunto com naturalidade. Para ele, a aspreza demonstrada pelos banqueiros é puro jogo de cena, típico de qualquer negociação.

no ano ou 60% da estimativa de juros devidos sobre a dívida de médio prazo.

II. Participação de cada banco: Igual à parcela **PRÓ-RATA** de cada banco nos juros a serem financiados.

III. Condições (prazo e compensação): Semelhantes às condições para o principal.

B) Para o ano de 1987:

I. Montante: aproximadamente US\$ 4,3 bilhões, iguais a aproximadamente 75% da conta de juros total do ano ou 100% dos juros devidos de 20 de fevereiro de 1987 a 31 de dezembro de 1987, sobre a dívida de médio prazo.

II. Outras condições: semelhantes às condições para 1988 e 1989.

C) Linhas de Crédito de Curto Prazo

Propõe-se a manutenção das linhas interbancária e comercial (**Interbank and Trade Facilities**) por um novo período mais longo e a taxa de juros a ser negociada.

Para este técnico, o Brasil é um bom devedor.

A dívida externa do Brasil e de toda a América Latina sofre um desajuste exagerado no mercado secundário, não correspondendo ao potencial econômico dos devedores. A opinião partiu de David Bock, diretor do Departamento de Serviços Financeiros e Gestão da Dívida, do Banco Mundial, destacando que a dívida externa brasileira corresponde a menos da metade de seu PIB e que o País tem capacidade para superar suas dificuldades a longo prazo. Bock apontou que alguns empréstimos feitos ao Brasil e não resgatados foram postos no mercado secundário pela metade de seu valor nominal — o que, no seu entender, não se justifica, dado o quadro econômico do devedor. No entanto, disse, há dois meses não há compradores, nem com esse desajuste.



Rocha: "operação didática".

A SEI, contra o "liberalismo exagerado".

O secretário especial de Informática, José Ezil Veiga da Rocha, desconhece qualquer tipo de pressão norte-americana por ainda não ter sido votado pelo Congresso Nacional o projeto de **software**, e também justificou ontem, em Brasília, a blitz com que a SEI vem combatendo o contrabando no setor: "Se não houver um acompanhamento junto às empresas, cairemos num liberalismo exagerado. Mas quando sabe que está sendo vigiado, o mercado fica mais cuidadoso".

Veiga da Rocha diz que atualmente as relações Brasil-Estados Unidos, no campo da informática, vivem uma fase de "muita tranquilidade". Mas ele também anunciou ontem o veto da SEI ao licenciamento do sistema **MS-DOS** da Microsoft, uma das maiores empresas de **software** dos Estados Unidos, porque já existe alternativa nacional (o sistema Sisne, da Scopus Tecnologia).

Sobre a acusação feita pela Microsoft, de que há empresas brasileiras se utilizando ilegalmente de seu **software**, Veiga da Rocha assegurou que "não existe caso de pirataria em relação ao **MS-DOS**".

Pirataria na informática, ele sabe que existe, mas prefere chamar a operação da SEI de "acompanhamento de programa de nacionalização", com objetivo "mais didático que positivo": as empresas que estiverem operando de forma irregular serão, em primeiro lugar, orientadas, e se persistirem no erro, poderão ter os projetos cancelados pela SEI.

Nesta primeira etapa da blitz, a SEI visitou também a Wintec e a Microtec, constando de sua lista de vistorias, até o final do ano, as seguintes empresas: Cobra, Elebra, Flexidisk, Uniron, CCE, Qualitron e Multidigit, entre outras.

O titular da SEI também é de opinião que já deveria ter sido votado o projeto de **software**, que institui a proteção jurídica e as regras de comercialização dos programas de computador. O projeto já foi aprovado na Câmara, tramitando atualmente no Senado, e Veiga da Rocha o considera necessário para inibir a pirataria e regular o setor de programas de computador. Já há um pedido de "urgência-urgentíssima" no Senado mas a votação ainda não aconteceu porque alguns parlamentares o consideram "muito ruim".

BRUXARIAS

No creio em brujas, pero que las hay, las hay. É assim que se reage, em algumas áreas da informática, quando se fala em contrabando de componentes. Sabe-se, mas, como não se quantifica ou se comprova, oficialmente todos negam a prática. Agora, no entanto, será difícil escapar à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, que está retirando partes de computadores para avaliação.

As indústrias e a própria Abicomp — Associação Brasileira da Indústria de Computadores — negaram ontem ter conhecimento de qualquer apreensão. Contudo, nos bastidores do mercado sabe-se de inúmeras empresas de usuários cujos produtos foram apreendidos por terem sido importados irregularmente. Além disso, um especialista da área revelou haver grande preocupação com a nova exigência da Receita Federal: avaliar os componentes internos dos computadores.

O presidente da Abicomp, Cláudio Mamana, assegurou que a entidade apóia tudo que for estipulado pela lei.

— Não temos notícias de quem esteja realizando esse tipo de camuflagem nos produtos — disse Mamana. Várias indústrias recorrem à Abicomp para solicitar que algo fosse encaminhado ao governo para evitar uma desigualdade na competição de preços.

O superintendente da Itautec, Carlos Eduardo Correa da Fonseca, negou que qualquer equipamento de procedência da empresa tenha sido apreendido pela Receita. "A Itautec apóia integralmente, através da Abicomp, esse trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de combater o contrabando", afirmou.

Nelson Wortsman, superintendente da Sid-Informática, também negou que qualquer equipamento da empresa tenha sido apreendido e desconhece qualquer problema com seus fornecedores.

Para o presidente da Scopus, Edson Fregni, "o panorama do contrabando é muito grande — praticado por quem não tem projeto aprovado pela SEI ou busca preços mais baixos —, mas não se tem prova". Na Digirede, a diretoria preferiu não se pronunciar sobre a ação da Receita.